



O PRÉ-SAL E A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Roberto Leal Lobo e Silva Filho

A formação superior não prepara somente profissionais tecnicamente mais habilitados e competitivos, mas eleva o nível cultural e político de um povo com efeitos positivos no aumento da produtividade e do PIB.

No Brasil, apenas 8% da população adulta tem formação superior, enquanto na média dos países da OECD este número é 26%. A Coreia tem 32%, a Espanha 28%, a Rússia 55% e o Chile 13%.

Entre 1980 e 1996 houve um grande crescimento de matrículas em todo o mundo diante do reconhecimento deste investimento como alavanca do desenvolvimento. Os países onde o sistema já estava consolidado cresceram na média em torno de 40%. Nos países onde o nível superior era menos avançado mais do que dobraram suas matrículas. Assim, o México cresceu 165% neste período, a Coreia 259%, a Austrália 158% e Portugal, 243%. Enquanto isso, no Brasil as matrículas cresceram, no mesmo período, somente 22%, aumentando mais ainda sua defasagem em relação aos países desenvolvidos e em desenvolvimento com os quais costuma se comparar.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, houve um choque de oferta que acelerou o crescimento de matrículas nos estabelecimentos de ensino superior, passando a 240.000 matrículas por ano.

O acentuado crescimento nas matrículas, observado no final da década de 90 e início desta década, está claramente caminhando para a saturação. A projeção de crescimento indica para a próxima década uma saturação das matrículas entre 5 e 5,5 milhões de estudantes. Um número bem abaixo do objetivo do Plano Nacional de Educação (PNE), que seria de 7,5 milhões, correspondendo a 30% da população na faixa etária entre 18 e 24 anos. Para atingir tal meta seria necessário um crescimento médio de 500.000 matrículas por ano.



Os estudantes universitários brasileiros são originários, em sua esmagadora maioria, das classes A, B e C+. No setor público, 82% dos estudantes provêm de famílias com renda nos 40% mais ricos, enquanto no setor privado este número é de 91%.

Para aumentar significativamente o número de matrículas será necessário um choque de demanda, isto é, uma política capaz de apoiar os estudantes que têm capacidade, mas com dificuldades econômicas para estudar com condições de obter um bom aproveitamento. Para isso, seria necessário financiar o estudante não somente em relação à mensalidade, mas também à sua manutenção enquanto estudante (inclusive para alunos do setor público).

Os programas governamentais - FIES (restituível) e PROUNI (não restituível) e outros programas privados de financiamento dos estudos universitários - são insuficientes para que as matrículas de nível superior se aproximem dos números previstos no Plano Nacional de Educação (PNE).

Uma alternativa possível poderia ser a oferta de cerca de 700 mil novas vagas anuais, para atingir no futuro três milhões de matrículas no setor público. No entanto, com os custos atuais do aluno do sistema público de ensino superior, seriam necessários recursos aproximados de R\$ 40 bilhões anuais, o que certamente inviabilizaria essa possibilidade.

Avaliados os custos e os problemas que um programa de bolsas não restituíveis acarreta, a melhor solução para induzir um choque de demanda para o ensino superior no Brasil seria a criação de um programa que ao mesmo tempo: estimulasse o crescimento de matrículas (inclusive apoiando a manutenção do aluno), introduzisse uma política de mercado (fazendo com que os estudantes pressionassem para que as instituições reduzissem custos) e descarregasse os encargos governamentais no curto prazo (aumentando, eventualmente, a participação do governo quando os retornos do investimento já fossem palpáveis para a sociedade na forma do aumento do PIB e da arrecadação).



A melhor - e talvez a única - proposta seria estimular a demanda por meio de empréstimos restituíveis concedidos aos estudantes de nível superior, financiados por um fundo privado, para o Brasil atingir, em seis anos, um número de matrículas correspondente a 30% da população com faixa etária compreendida entre 18 e 24 anos, isto é cerca de 7,5 milhões de estudantes.

O fundo estaria vinculado a algum setor federal encarregado de gerir com autonomia e com a participação de membros do governo, das instituições de ensino superior e do setor financeiro. Teria caráter privado, podendo (e devendo) captar recursos de fundos de investimento nacionais e internacionais, como de fundos de pensão, por exemplo.

O Governo teria como responsabilidade garantir os empréstimos feitos aos estudantes pelo fundo e cobriria parte dos juros a serem pagos pelo tomador.

A garantia do governo jogaria o *spread* no chão e permitiria que a amortização fosse viável para os estudantes, o que não é hoje. Exemplos bem sucedidos de programas deste tipo são os do Chile e dos Estados Unidos, onde 95% dos estudantes de ensino superior recebem alguma forma de financiamento para sua formação superior.

Estudos demonstram que o desembolso governamental por aluno seria bem menor que o FIES (levando-se em conta os índices nacionais de inadimplência), o início do desembolso mais significativo ocorreria somente após cerca de 6 anos, a prestação paga pelo estudante ao se formar é aceitável e os investidores seriam remunerados com taxas médias internacionais.

A criação desse fundo poderia utilizar parte do pré-sal que o governo federal está priorizando, com razão, para a área de educação básica. O capital necessário para criar o fundo em questão não faria grande diferença no montante do pré-sal, mas poderia mudar de forma expressiva a educação superior brasileira.